

A participação como fator de desenvolvimento

Foto: Fábio Pozzebon / ABR



Brasília - Mulheres do MST protestam contra o presidente dos Estados Unidos, em frente à Embaixada Americana

ASSUNTOS:

- ◆ ENCONTRO DEBATE NOVO MODELO PARA O CAMPO BRASILEIRO PAG. 02
- ◆ A PARTICIPAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO PAG. 03
- ◆ MULHERES TÊM PARTICIPAÇÃO RECORDE DA CONFERÊNCIA PAG. 04
- ◆ O TEMPO E O HORIZONTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PAG. 05
- ◆ CAPINA REALIZA IX CURSO DE VIABILIDADE E GESTÃO DEMOCRÁTICA ...PAG. 06
- ◆ TCAPINA ABRE INSCRIÇÃO PARA 24ª OFICINA PARA GERENTESPAG. 06

Encontro debate novo modelo para o campo brasileiro

Primeira Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário inicia nesta quarta-feira (25), em Olinda, e deve reunir cerca de duas mil pessoas de todo o país. Dividida em duas partes, o Brasil Rural que Temos e o Brasil Rural que Queremos, conferência quer reunir elementos para formular políticas que apontem para um novo padrão de desenvolvimento no campo brasileiro.

Marco Aurélio Weissheimer - Em 25/06/2008

OLINDA - Formular uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário para o Brasil Rural que contemple as diversidades sociais e regionais do país: esse é o objetivo central da Iª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que inicia nesta quarta-feira (25), no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE).

O encontro, que deve reunir cerca de duas mil pessoas, é resultado do debate que vem sendo realizado, ao longo dos últimos anos, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. A conferência foi precedida por encontros estaduais, territoriais, intermunicipais e municipais, eventos setoriais e temáticos. Essas reuniões produziram contribuições de mais de 30 mil pessoas, expressas no documento-base, dividido em duas partes: o Brasil Rural que Temos e o Brasil Rural que Queremos.

O universo dos debates do encontro, que tem como lema "Um Brasil Rural com Gente", diz respeito a cerca de 80% dos municípios do país que têm sua dinâmica econômica associada ao meio rural. Para contemplar esse universo, dois terços dos delegados da conferência são reservados à sociedade civil: agricultores, assentados, comunidades quilombolas, jovens, povos indígenas, agroextrativistas, pescadores artesanais, representantes de cooperativas e da economia solidária, comerciantes, industriais, agentes de saúde, professores, representantes de redes e organizações não-governamentais. Os representantes de órgãos públicos terão um terço do total de vagas da conferência.

O documento-base do encontro sustenta que o debate sobre os padrões de desenvolvimento rural ocorre num momento de questionamento da ordem internacional em

função do "fracasso do neoliberalismo enquanto alternativa à superação das necessidades socioeconômicas e ambientais". Além disso, ocorre em um contexto de elevação dos preços internacionais de alguns alimentos básicos como trigo, arroz, feijão e leite, com uma conseqüente crise de abastecimento em vários países.

Os impactos no Brasil, acrescenta o documento, têm sido atenuados pela diversificação produtiva da agricultura, responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos pela população do país. Mas essa situação, ressalta, "coloca para o Brasil alguns desafios, como garantir a segurança e soberania alimentar, ofertando alimentos em quantidade, qualidade e diversidade para toda a população e contribuir com a oferta mundial de alimentos".

Outro eixo central do debate gira em torno da questão ambiental. Como construir um novo padrão de desenvolvimento no campo brasileiro, revertendo a tendência de destruição do meio ambiente? O problema do desmatamento na região amazônica e o projeto de desenvolvimento de biocombustíveis ocupam um lugar central neste debate.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, a Conferência marcará um período de grande mobilização nacional para a discussão de um modelo de desenvolvimento rural – o Brasil rural que queremos. "A Conferência é uma releitura que faremos do que é o meio rural brasileiro. Vamos tratar de saúde, educação, cultura, gênero e juventude, entre outros temas importantes para o campo", resume. Até o dia 28 de junho, Olinda será a sede nacional desse debate.

Foto: Agência Brasil



A participação como fator de desenvolvimento

Em entrevista à Carta Maior, o coordenador geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Carlos Guedes, destaca a força da participação e do debate democrático como instrumentos para a formulação de políticas públicas e de um novo padrão de desenvolvimento para o rural brasileiro.

Marco Aurélio Weissheimer - Em 28/06/2008

OLINDA - "É muito importante que os programas básicos de cidadania cheguem no meio rural com a cara e a necessidade do rural, ou seja, o rural não precisa se urbanizar para poder receber saneamento, habitação e outros equipamentos de infra-estrutura. São as políticas públicas que devem se adequar a essa realidade". A avaliação é do coordenador geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Carlos Mário Guedes de Guedes, ao fazer um balanço inicial da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que terminou neste sábado, em Olinda (PE). O encontro reuniu mais de duas mil pessoas de todas as regiões do país.

CM: Qual o balanço dos debates da Conferência?

GUEDES: A primeira avaliação é muito positiva. Conseguimos, nesta conferência, aproximar um conjunto de pessoas, organizações e movimentos sociais que têm pensamentos próprios sobre o desenvolvimento rural e sobre o Brasil rural que queremos. Todas essas forças estão se propondo a fazer um debate conjunto, identificação seus pontos de aproximação e de divergência. Esse é o primeiro aspecto positivo: um ambiente muito favorável ao debate com um espírito democrático e participativo. Do ponto de vista do conteúdo, nos debates sobre o Brasil rural que temos e o Brasil rural que queremos, obviamente que existem diferenças de compreensão, mas temos também grandes consensos sobre a necessidade de avançar muito mais na questão agrária do país e sobre a idéia de pensar uma matriz tecnológica adequada à produção familiar.

Outro aspecto positivo do encontro é a valorização do saber das comunidades familiares e tradicionais e sua interação com os conhecimentos técnicos e científicos produzidos pela academia. É muito importante também que os programas básicos de cidadania cheguem no meio rural com a cara e a necessidade do rural, ou seja, o rural não precisa se urbanizar para poder receber saneamento, habitação e outros equipamentos de infra-estrutura. São as políticas públicas que devem se adequar a essa realidade. Um outro elemento que deve ser destacado diz respeito à qualidade de vida dessas comunidades: a valorização das manifestações, da memória e da cultura popular. Essa é uma riqueza enorme do país que, historicamente, nunca recebeu a devida atenção por parte do Estado brasileiro. Por fim,



cabe destacar o tema da participação popular na conferência.

Nós temos no rural, ainda, talvez um dos espaços menos democráticos do país. Isso se reflete desde as relações de poder dentro das famílias, passando pela relação do poder local com as populações. Esses aspectos começam a organizar uma visão do Brasil rural que temos, a partir da construção de uma leitura comum dos desafios que devemos enfrentar para que possamos projetar o Brasil rural que queremos.

CM: Em que medida as pessoas e organizações envolvidas na construção da conferência já participam da formulação de políticas que apontem para esse novo modelo?

GUEDES: Uma das principais riquezas desse debate é a convergência das impressões que as pessoas têm sobre o desenho de políticas públicas para o meio rural e iniciativas recentes do governo brasileiro. Os Territórios da Cidadania são hoje um exemplo claro disso.

Quando falamos de melhoria da qualidade de vida do meio rural, é importante assinalar que estamos tendo, dentro dos Territórios da Cidadania, condições de debater a ampliação dos programas básicos de cidadania, saúde, educação, habitação e saneamento. Quando discutimos o tema da participação, cabe destacar que tivemos agora em março e abril encontros nos territórios reunindo cerca de 15 mil participantes para discutir as políticas do governo federal que ou já estão sendo implementadas ou serão implementadas nestes espaços. Quando se pensa numa nova economia sócio-ambiental no rural brasileiro, percebe-se claramente que, nos Territórios da Cidadania, já existe essa idéia de pensar o Plano Safra levando em conta as características específicas de cada região.

Tivemos agora a aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional, que o programa de aquisição de alimentos, que faz parte do Plano Safra e que faz parte dos Territórios da Cidadania, poderá adquirir produtos da biodiversidade brasileira. Vai poder comprar o açaí, a castanha, apenas para citar dois casos. Essa medida representa um elemento garantidor de renda para aquelas comunidades que estão na floresta ou que são comunidades ribeirinhas.

Mulheres têm participação recorde na Conferência Nacional

Com a presença de 42,08% de mulheres, a 1ª CNDRSS reflete as ações do governo federal que estimulam a presença das camponesas na gerência das finanças do lar, na decisão sobre o quê plantar e no acesso direto às linhas de crédito do governo.

**Clarissa Pont
e Maurício Thuswohl**

4 OLINDA - Antes mesmo de terminar, a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) já pode comemorar uma importante vitória. Ao final do segundo dia do evento, que acontece em Olinda (PE) até sábado (28), o número de mulheres credenciadas como delegadas ou convidadas chegou a 605, o que representa 42,08% do total de participantes. A marca superou com folga a meta mínima de 30% de participação feminina estabelecida para a CNDRSS, e é a maior em todas as conferências similares organizadas até agora pelo governo federal.

Estimulada nas etapas estaduais e temáticas que serviram como preparação para a CNDRSS, a participação das mulheres no processo de elaboração das propostas igualou ou ultrapassou os 50% em seis estados. O estado campeão é o Rio Grande do Norte, com 63,15% de delegadas ou convidadas, seguido por Rondônia (57,14%), Piauí (55,55%), Paraíba (51,28%), Sergipe (50%) e Mato Grosso (50%).

(...)

Maria Emília Pacheco, do Programa Nacional de Agroecologia e Direito à Segurança Alimentar, apontou a importância de as mulheres camponesas assumirem lugar de destaque na luta pela transformação política e econômica do setor agrícola no Brasil: "Essa participação é reveladora dos resultados do processo de luta e organização das mu-

lheres. Elas sempre tiveram um papel enorme na agricultura, a diferença é que, com o movimento, vieram as vitórias como cidadãs", disse.

Na avaliação de Maria Emília, a presença marcante das mulheres na CNDRSS "também simboliza o quanto o movimento tem capilaridade hoje" em todo o país: "No Encontro Nacional de Agroecologia que organizamos há alguns anos, apenas no seminário sobre formas de financiamento tivemos muitos mulheres do que homens. O que é complicado, porque as mulheres muitas vezes têm acesso ao recurso federal, mas não têm gerência sobre isso", explica. Segundo ela, programas como o Pronaf Mulher, linha de crédito específico que reconhece e estimula os trabalhos das mulheres na agricultura familiar, são os principais responsáveis pela participação feminina na conferência.

Coordenadora nacional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), Elisângela Araújo disse esperar que a CNDRSS avance na construção de políticas públicas voltadas às mulheres trabalhadoras rurais:

"Essa conferência tem que construir vários conjuntos de políticas públicas para as mulheres, que reconheçam e valorizem a importância que têm as mulheres no trabalho e na família do mundo rural brasileiro. Definir quais políticas vamos implementar para que mulheres e homens tenham orgulho de ser camponesas e camponeses e tenham orgulho de ser

agricultoras e agricultores familiares nesse país. Precisamos, acima de tudo, ter a valorização dos nossos produtos e ter, de fato, a geração de renda para que possamos sobreviver em nossas propriedades e no nosso local", disse.

Ações femininas

No Acre, mulheres que se organizaram em torno de um sistema agroflorestal mudaram diversos cultivos, incluindo os produtos que elas plantavam no jardim de casa. A mudança na agrofloresta teve impactos positivos sociais e também para o meio ambiente. Em Minas Gerais, mulheres conquistaram reconhecimento dentro do banco de sementes da região ao provar que o sistema de classificação de sementes não poderia levar em conta apenas critérios de produção, mas de sabor e tempo de cozimento.

Iniciativas de organização feminina como essas foram reunidas no livro "Mulheres na Reforma Agrária - A Experiência recente no Brasil", que foi lançado oficialmente nesta sexta-feira (27) durante a CNDRSS. O livro conta com artigos de especialistas no tema, como Leonilde Servolo de Medeiros (professora da UFRRJ), Hildete Pereira de Melo e Alberto Di Sabbato (professores da Universidade Federal Fluminense), entre outros, e foi organizado pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).



O tempo e o horizonte da agricultura familiar

Paul Singer compara o modo como o agronegócio empresarial e a agricultura familiar se relacionam com o tempo: para o primeiro, a relação com o tempo é medida pelos prazos de envios dos relatórios à bolsa de valores a cada três meses.

Já para a agricultura familiar, o horizonte são as gerações, os filhos e os netos. Essa diferença diz muito sobre os conceitos de desenvolvimento e progresso em debate hoje.

Por
Katarina Peixoto,
em 26.06.2008

(...)

Para o agronegócio empresarial que transformou a agricultura num dos braços do mercado de *commodities*, a relação com o tempo é medida pelos prazos de envios dos relatórios e balanços financeiros à bolsa de valores, em regra, a cada três meses. Já para a agricultura familiar, anotou Paul Singer, “o horizonte são as gerações, dos seus filhos, dos seus netos”.

Um horizonte mais largo é por si só uma diferença importante? A destruição da natureza pelo homem é medida somente pelo tempo? Não, mas a qualidade das mudanças provocadas pelas atividades econômicas determinam, pelo menos ao longo dos últimos séculos, a temporalidade da vida na sociedade e da relação dos homens com a exploração, dominação e uso dos recursos da natureza. E é nessa qualidade que reside a diferença entre o potencial predatório do mercado de *commodities* em relação, por exemplo, à atividade econômica da agricultura familiar.

Fetichismo da mercadoria

Porque essa diferença evidencia que a qualidade das mudanças nos preços de *commodities* não depende de contrapartidas ou referências reais para se constituir, de modo que pode nunca deixar de ser uma mera arbitrariedade, não à toa chamada por Marx de fetichismo. No reino da troca absoluta, nada se mede na realidade e a mudança deixa de ser categoria determinante da inteligibilidade dos fenômenos sociais.

E é assim, despedindo-se da realidade, que a lógica capitalista se permite destruir recursos naturais como fosse uma consequência, se assim se pode dizer, natural. Marcar o tempo na duração de gerações constitui uma qualidade completamente distinta de mudança na natureza, sobretudo na atual quadra histórica. Entender essa diferença não requer compromissos com versões finalistas da história: não é o progresso versus o atraso o que explica a diferença entre a temporalidade do mercado

de *commodities* e a temporalidade marcada nos rostos e na carne das pessoas que vivem de, com e através dos recursos naturais, como é o caso da agricultura familiar, exemplarmente.

Não se trata de julgar a velocidade do mercado de *commodities* em oposição, puramente ideológica, à atividade produtiva das populações que produzem alimentos, segundo padrões sustentáveis, mas de levar o tempo a sério, como uma das características que determinam o estado das coisas no mundo, entre elas, a da atual crise de alimentos.

Pode parecer evidente que a velocidade de uma colheita não é comparável à avaliação de preços numa tarde da Bolsa de Mercadorias Futuras. Então, o que é mesmo que torna essa velocidade um problema sério, inclusive quanto ao meio ambiente?

Um olhar prudente

Paul Singer responde a essa pergunta possível com um olhar prudente sobre a construção de modelos de sociedades, sobretudo a partir de “postulados” a respeito da natureza humana, isto é, a partir de abstrações; um olhar, vale dizer, que vê no diagnóstico das teorias neoclássicas da natureza humana um problema: se a medida do tempo não é única, quando tomada com referência às coisas que mudam e que são mudadas na natureza, faz sentido referir-se aos homens como indivíduos prontos e acabados?

Com que autoridade se deduz e pretende legitimar um sistema econômico e político a partir de postulações sobre a natureza humana? Não estaria a natureza humana, submetida ao tempo? Ou seria um conceito estático, caído no planeta recentemente, vindo sabe-se lá de onde? Para Singer, nós não apenas não conhecemos a natureza humana e não podemos pensá-la a despeito do fato de que ela está sempre mudando.

Qual ou quais as contrapartidas às marchas do tempo de que se fazem as histórias, do capitalismo e das suas resistências? Qual o pressuposto metodológico que autoriza o marxismo a, desde sempre, sustentar a sua crítica à economia política em todas as suas variantes? O pressuposto é uma unidade entre

pensamento e experiência, entre sujeito e objeto, entre intenção e extensão, que tornou a história e o pensamento do tempo histórico elementos centrais para o entendimento e a superação das contradições incontornáveis do capitalismo, que hoje ganham a dimensão de ameaça climática e alimentar, no planeta.

O papel dos que pensam

É um pressuposto de que a prática ensina, à medida que a intenção organiza, e que autorizou Marx a ratificar a tese de que o conceito sem a intuição é vazio e de que a intuição sem o conceito é cega. É assim que as idéias e o exemplo de Paul Singer ganham, evidentemente, força. Com a defesa de que o papel dos que pensam é observar, entender, examinar e experimentar, e não postular sociedades e homens fictícios.

“Portanto”, disse o professor, “não temos modelo, e eu gostaria de afirmar isso com muita convicção a vocês”. Na autocrítica ao método, se assim se pode dizer, socialista, de que Singer se disse herdeiro, ele acrescenta o compromisso de tentar fazer empiricamente, segundo o velho método da tentativa e erro. Assim não se corre o risco, hoje mais evidente que nunca, de destruir, devastar e matar de fome. Assim não se perde a medida real do tempo, para se submeter ao espaço e ao poder que o delírio fetichista tem imposto às economias e estômagos do mundo, sobretudo do mundo pobre e já faminto.

Medida do tempo real

A medida real do tempo se faz de quê, afinal? Da vida das pessoas, de gente e do Planeta. Pode-se considerar a economia solidária como uma utopia; ou uma das iniciativas ingênuas e evasivas que caracterizaram a história da resistência moral à miséria que o avanço do capitalismo deixa como rastro.

O problema dessa acusação não é tampouco só de natureza moral – ainda que também o seja –; nem é o preço que ela tem a pagar – que já está pagando; o problema dessa acusação é o destino de Baixo das Bestas, para o campo e as cidades brasileiras. (...)

Balcão de Vendas

Nesta seção de nossa Circular, indicamos os produtos para os quais o Setor de Apoio à Comercialização da Capina recebeu solicitação. Portanto, se sua organização já tem ou pode dispor desses produtos, entre em contato com o ciro@capina.org.br ou manoel@capina.org.br ou ainda pelo telefone (21) 2220-4580 e fale com *Ciro Frossard* ou *Manoel Belford*.

Aveia Orgânica

Banha de Bacabá

Castanha de Caju Torrada

Casca de cajueiro

Casca e folha de cajazeira

Laranja

Manteiga de Bacabá

Manteiga de Ucuuba

Óleo de Abacate

Óleo de Buriti

Óleo Essencial de Pripioca

Óleo de Patauá

Óleo de Semente de Maracujá

Casca de cerejeira

Semente de Puxuri

INFORMES

PUBLICAÇÕES

Capina realiza IX curso de Viabilidade e Gestão Democrática

O curso destina-se aos agentes e técnicos que prestam assessoria aos empreendimentos da economia dos setores populares.

Este curso é realizado pela CAPINA em parceria com a

Universidade Católica de Salvador (UCSAL).

A próxima turma será realizada no Rio de Janeiro. O primeiro módulo no período de 18 a 22 de agosto e o segundo módulo de 20 a 24 de outubro.

Você pode obter informações mais detalhadas em nossa página eletrônica: www.capina.org.br

Se for de seu interesse, preencha e envie a ficha de pré-inscrição disponibilizada no site para o e-mail cursos@capina.org.br.

6

Circular **RECOPA**

Edição, distribuição e correspondência:

CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
Rua Evaristo da Veiga, 16 Grupo 1601 - Centro - 20031-040 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (21) 2220-4580 • Fax: (21) 2220-1616
e-mail: capina@capina.org.br • www.capina.org.br

Impressão

GraVida - Gráfica e Editora
Rua Cacilda, 1535. Coelho da Rocha,
São João de Meriti. RJ. Cep 25.550-150.
Tel.: 2655-7421 • e-mail: gra_vidagraficaeditora@yahoo.com.br

Tiragem: 1.000 exemplares

IMPRESSO